



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
VEREADORA ENFERMEIRA ANA PAULA - PDT

PROJETO DE LEI Nº 0432/2022

Dispõe sobre o estabelecimento do direito das mães amamentarem os seus filhos durante a realização de concursos públicos vinculados à administração pública municipal, bem como dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º. Fica estabelecido o direito de as mães amamentarem seus filhos de 6 (seis) meses de idade durante a realização de provas ou de etapas avaliatórias em concursos públicos vinculados à administração pública municipal, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.

§ 1º Terá o direito previsto no *caput* deste artigo a mãe cujo filho tiver 6 (seis) meses de idade no dia da realização de prova ou de etapa avaliativa de concurso público.

§ 2º A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização.

Art. 2º. Deferida a solicitação de que trata o art. 1º desta Lei, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliativa, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

Parágrafo único. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.



0430202

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
VEREADORA ENFERMEIRA ANA PAULA - PDT

Art. 3º. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

§ 1º Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal do gênero feminino.

§ 2º O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.

Art. 4º. O direito previsto nesta Lei deverá ser expresso no edital do concurso, que estabelecerá prazo para que a mãe manifeste seu interesse em exercê-lo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor decorridos 30 (trinta) dias da data da sua publicação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. EM 30 DE 11 DE 2022.

Enfermeira Ana Paula

Vereadora – PDT



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
VEREADORA ENFERMEIRA ANA PAULA - PDT

JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende possibilitar que candidatas nos concursos públicos da administração pública municipal, direta e indireta, possam amamentar seus filhos durante o horário de realização da prova.

Ademais, a presente proposição não se trata de inovação legislativa, mas de efetivação no âmbito municipal de um direito garantido às pessoas lactantes. Desde o dia 18 de outubro de 2019, a Lei 13872/19 garante às mães lactantes o direito de amamentar seus filhos, de até 6 meses de idade, durante provas de concursos públicos realizados pela União, sendo a amamentação permitida por períodos de até 30 minutos por filho, em intervalos de duas horas.

Importante frisar que as mulheres em período de lactação devem informar previamente, durante o ato de inscrição, a situação e o desejo de amamentar seu bebê, de forma a obter o apoio logístico necessário pela organização do concurso – em especial, para a disponibilização de espaço para os acompanhantes indicados pela mãe, com quem os bebês ficarão enquanto ela estiver fazendo a prova.

Conforme pode ser extraído da presente proposição, a temática versa sobre assunto de interesse local, sobre o qual o município possui competência para legislar, nos termos do art. 30, I, da CF/88. Ademais, a proposição aqui discutida busca também tutelar os direitos da infância de forma suplementar, o que é admitido conforme previsto no artigo 30, II, da CF/88.

Ademais, frisa-se a inexistência de impedimentos legais em relação ao prosseguimento da proposição durante o processo legislativo, sobretudo no que se refere aos possíveis vícios formais de constitucionalidade em razão da iniciativa, tendo em vista que o presente projeto não afronta a previsão do artigo 46, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

Nesse sentido, colaciona-se julgado do Supremo Tribunal Federal onde infere-se que não ocorre usurpação de iniciativa em leis, de iniciativa parlamentar, que versem sobre concursos públicos, desde que não disponham sobre critérios objetivos de admissão, o que não ocorre no presente projeto. Vejamos:

Agravo de Instrumento nº 682317



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
VEREADORA ENFERMEIRA ANA PAULA - PDT

EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Lei nº 3.777/04 do Município do Rio de Janeiro. Inconstitucionalidade formal. Não ocorrência. Precedentes. **1. Não há inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa em lei oriunda do Poder Legislativo que disponha sobre aspectos de concursos públicos sem interferir, diretamente, nos critérios objetivos para admissão** e. 2. Agravo regimental não provido. (AI 682317 provimento de cargos públicos AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 14/02/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-059 DIVULG 21-03-2012 PUBLIC 22-03-2012).

Dessa forma, considerando o cenário nacional e municipal, bem como a necessária efetivação dos direitos das mulheres a fim de propiciar a devida equidade no tratamento social, faz-se importante que o poder público garanta a participação de mulheres lactantes em seus certames, adaptando-se às necessidades especiais que irão carecer.

Nesse sentido, por entender necessário e de relevante interesse público o presente projeto, sendo uma demonstração de pensamento humanitário, esta signatária roga o apoio dos seus pares para sua aprovação.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. EM _____ DE _____ DE 2022.

Enfermeira Ana Paula
Vereadora - PDT